
Jornalismo de Fronteira e a Grande Reportagem Multimídia: Apontamentos Sobre a Narração de Alteridade em Ambiente Digital¹

José Augusto Mendes LOBATO²
Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, SP

Resumo

Este trabalho tem como proposta delimitar conceitualmente o jornalismo de fronteira e, a partir desta categoria, proceder à análise dos processos de representação da alteridade na grande reportagem multimídia. Ancorado nos estudos de linguagem, nas teorias do jornalismo, na semiótica da cultura e em análises da presença de gêneros jornalísticos em ambiente digital, o texto discute como ambientes socioculturais distantes e situações de conflito são retratados em reportagens que tomam o outro como intriga. Para isso, propõe-se a análise da série “Um Mundo de Muros”, publicada em 2017 pela Folha de S. Paulo, examinando as características da grande reportagem nela presentes e seu potencial de constituir representações e experiências de alteridade.

Palavras-chave

Jornalismo. Grande reportagem multimídia. Alteridade. Jornalismo de fronteira. Representação.

Introdução: do jornalismo e suas fronteiras

Uma das questões fundamentais para se entender o lugar do jornalismo como campo de produção de discursos é examinar sua capacidade de erguer, modular e domesticar experiências de mundo – e não somente aquelas que pertencem ao território do familiar. As funções de leitura do próximo e tradução do distante, assim, convivem em permanente tensão na produção jornalística contemporânea. Ao analisar a relação entre jornalismo e outras áreas de conhecimento, Liriam Sponholz (2009, p. 10) destaca que, para além de funções políticas e morais, cabe a ele promover a mediação da realidade; na prática, isso conformaria outro plano de real, correspondente às experiências construídas no discurso midiático – que deve ser entendido “como uma representação simbólica de outra realidade primária (física ou social)”. A autora diz, ainda, que tal “condição de realidade secundária, advinda do seu papel de mediação, não pode ser anulada” (SPONHOLZ, 2009, p. 88). Se tal ideia, que reverbera asserções há muito já consensuais na pesquisa do campo, já é relevante para a análise de narrativas que

¹ Trabalho apresentado no GP Teoria do Jornalismo, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (PPGCOM-USP). Professor dos cursos de Jornalismo, Relações Públicas e Rádio, TV e Internet da Universidade São Judas e da Universidade Anhembi Morumbi. Editor de conteúdo na Report Sustentabilidade. E-mail: gutomlobato@gmail.com.

focalizam universos conhecidos, torna-se particularmente crítica no momento em que o jornalismo se projeta como lugar de encontro com o outro.

As por nós denominadas *narrativas de alteridade* nas mídias estão não apenas no jornalismo, como também em produções de ficção seriada televisiva, no cinema e no campo da publicidade, entre outras áreas; usualmente ligadas a um tipo de experiência vicária, elas propõem, para além de situações de contemplação, surpresa e estranhamento, a aproximação com um mundo que permanentemente nos desafia a compreender, a tornar os sujeitos que o habitam legíveis segundo determinados códigos.

Partimos, essencialmente, de três grandes pressupostos a respeito do lugar do outro nas mídias: o primeiro é que, por meio delas, lança-se ao leitor-espectador uma experiência mediada que substitui, complementa e domestica a experiência direta à hora em que acessamos representações que nos levam à diferença. Além disso, a construção narrativa é composta por um duplo processo cognitivo – o estranhamento/contato com o outro pelo produtor de discursos e, também, o natural processo de recepção da mensagem – e, por isso, exige a aceitação de uma prévia tradução da alteridade, produzida no eixo da verossimilhança e no estabelecimento de um contrato de comunicação. Em terceiro lugar, ressaltamos que a alteridade chega até nós não como mero objeto ou mensagem, e sim como universo acessível a partir de viagens simbólicas – termo que emprestamos de Buonanno (2004) – propiciadas pelo texto midiático. Em suma, narrar o outro no campo do discurso de informação supõe, essencialmente, um processo de demarcação de fronteiras e de delimitação entre o próximo e o distante – operação discursiva que se torna ainda mais complexa ao examinarmos vestígios de linguagem propiciados pela convergência de mídias na contemporaneidade.

Neste trabalho, que se conecta a uma investigação de caráter mais amplo sobre o papel da narrativa jornalística de conflitos na construção de sentidos sobre o outro, buscamos compreender de que modo a narrativa habitual à grande reportagem – formato jornalístico que traduz por excelência seu espírito interpretativo-analítico – permite processos de adensamento conceitual na representação de alteridade. Especificamente, tratamos das possibilidades trazidas pela grande reportagem multimídia, conectando os estudos da linguagem, reflexões sobre o jornalismo em plataformas digitais e conceitos da semiótica da cultura à análise da série de reportagens “Um Mundo de Muros”, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* em 2017, que propõe

uma exploração por regiões e fronteiras atravessadas por barreiras físicas em quatro continentes.

Representar o outro: apontamentos sobre as fronteiras identidade-alteridade

Em primeiro lugar, devemos explorar a noção de representação e suas implicações sociais – uma reflexão indispensável à compreensão dos fenômenos comunicacionais. Já na *Poética* de Aristóteles (1996), atribui-se ao representar função complexa: por meio do conceito de mimese, entende-se que o processo de observação do mundo e conversão de seus eventos, objetos e fenômenos em manifestações de linguagem vai muito além da cópia. Para além da função de imitação de uma realidade aparente ou visível, concepção alinhada ao pensamento platônico, Aristóteles assume que a representação é capaz de recriar o existente, expressando a natureza interior do sujeito, sua criatividade e sua capacidade imaginativa.

Essa visão sobre a atividade de representar dialoga diretamente com dois tipos de operação: por um lado, os processos cognitivos que envolvem a interpretação e leitura da realidade pelo produtor de textos; por outro, as efetivas exteriorização e circulação das representações em suportes de linguagem, combinando-as às dinâmicas da interação social. Neste campo, o conceito de representação social é uma chave para entender funções e efeitos da comunicação produzida entre indivíduos e seu ambiente. Em seu estudo sobre o assunto, Serge Moscovici (2003) afirma que nosso modo de reagir às informações do mundo exterior perpassa necessariamente a produção de representações – que “intervêm e nos orientam em direção ao que é visível e àquilo a que nós temos de responder cotidianamente” (MOSCOVICI, 2003, p. 31).

A representação social pode ser resumida como o processo de conversão de elementos desarticulados, complexos e caóticos de um mundo essencialmente “não familiar” em “categorias e imagens comuns” (MOSCOVICI, 2003, p. 61). É, portanto, uma estratégia de estabilização do corpo social e da subjetividade humana, de classificação e organização de conceitos, nomes, ideias, objetos e sujeitos. Dois aspectos do pensamento de Serge Moscovici contribuem com a reflexão aqui proposta. O primeiro deles é a demarcação de duas funções centrais às representações: a convencional ou consensual, ligada à formação de denominadores comuns e conceitos sobre as coisas a partir de um “modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas”

(MOSCOVICI, 2003, p. 34); e a prescritiva, a partir da qual entende-se que a representação pode e tende a se impor sobre os indivíduos, apresentando estruturas de interpretação do mundo que formatam a consciência.

Outra reflexão importante é a relação entre as representações sociais e dois procedimentos discursivos que conectam o mundo concreto e os conceitos que o traduzem: a ancoragem e a objetivação. A primeira pode ser entendida como a assimilação de ideias e coisas estranhas pelo sujeito a partir de categorias comuns, que servem como “âncoras” de sentido que permitem a legibilidade da representação; já a segunda se liga à conversão de algo abstrato em objetos concretos, no claro intuito de transferir algo da mente para elementos do mundo físico (MOSCOVICI, 2003, p. 61).

Da área dos estudos culturais, em especial, fundamentamo-nos em autores que convergem no entendimento da representação como ato que funda e modula identidades – é o caso de Kathryn Woodward (2000) e Stuart Hall (2001), por exemplo, para quem as concepções identitárias requerem sistemas de representação. Para a primeira autora, por exemplo, há conexão direta entre a significação e a definição de quem faz parte de um agrupamento, pois a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência (WOODWARD, 2000, p. 18-19). Nesse processo, que não é isento de relações de disputa e exercício de poder, Stuart Hall (2001, p. 13) afirma que hoje “somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis” – aí entra o papel da representação como construto social voltado à estabilização, à ordem e à compreensão dos limites e fronteiras entre o Eu/Nós e o outro.

Uma das principais virtudes dos estudos culturais contemporâneos, como os de Bhabha (1998), é problematizar tais processos ao indicar a instabilidade e a efemeridade dos processos de representação. Centrado nas concepções de “escrita da nação” e sua produção como narrativa, o autor aponta que o trabalho de organizar fragmentos da vida cotidiana em signos e discursos de uma cultura nacional é contínuo; não consegue, mesmo assim, dar conta da complexa e dinâmica realidade social, uma vez que há duas temporalidades em jogo: a “continuista, cumulativa, do pedagógico” e a “estratégia repetitiva, recorrente, do performativo” (BHABHA, 1998, p. 207).

Ao evocar uma dimensão social nos processos de representação, o autor ressalta que identidade e alteridade são noções interdependentes; que ambas estão ligadas a um processo de interação entre os sujeitos e o ambiente circundante, no qual a leitura da diferença e a identificação caminham lado a lado. A partir da ideia de “contra-narrativa”,

Bhabha aponta que fronteiras materiais e conceituais são permanentemente “rasuradas” por discursos não hegemônicos que emergem de dentro das comunidades imaginadas. Assim, a alteridade não se refere apenas a “um problema do ‘outro’ povo”; também alude a “uma questão da alteridade do povo-como-um” (BHABHA, 1998, p. 213).

Tais apontamentos levam-nos ao terceiro e último eixo de referenciamento conceitual deste tópico; recorreremos à semiótica, em especial aos trabalhos de Iuri Lotman (1998) na semiótica da cultura e às ideias de Landowski (2005), para problematizar a noção de fronteira e conceber a experiência estética como lugar de desinstrumentalização da leitura dos fenômenos mundanos.

Do ponto de vista dos estudos de Lotman, a concepção de fronteira ajuda a entender como ocorre a interação entre diferentes universos socioculturais – ou semiológicos –, por meio de mensagens e representações que, de um lado, de outro ou no trânsito entre eles, permitem a troca, a compreensão mútua e a especialização ou o reforço de limites entre as comunidades. A ideia de fronteira diz respeito, em especial, ao lugar de troca e interação entre universos socioculturais existentes no espaço semiológico; é, para Lotman, uma soma de filtros bilíngues que autorizam a legibilidade de um texto cultural para outros ambientes, distantes daquele em que foi originado. Ou seja, fronteiras podem ser entendidas como espaços físicos ou imateriais de intercâmbio entre grupos identitários.

A função de toda fronteira e película (...) se resume a limitar a penetração do externo no interno, a filtrá-lo e elaborá-lo adaptativamente. Em diversos níveis, essa função invariante se realiza de diferentes maneiras. No nível da semiosfera, significa a separação do próprio e do alheio, a filtragem de mensagens externas e a tradução destas a uma linguagem própria, assim como a conversão das não-mensagens externas em mensagens, ou seja, a semiotização do que entra de fora e sua conversão em informação (LOTMAN, 1998, p. 26, tradução do autor)³.

É no espaço fronteiro que podemos que “tomar consciência da própria especificidade, da própria contraposição a outras esferas” (LOTMAN, 1998, p. 28, tradução do autor) – e isso pode ser realizado de diferentes maneiras, inclusive a partir

³ No original: “la función de toda frontera y película (...) se reduce a limitar la penetración de lo externo en lo interno, a filtrarlo y elaborarlo adaptativamente. En los diversos niveles, esta función invariante se realiza de diferente manera. En el nivel de la semiosfera, significa la separación de lo propio respecto de lo ajeno, el filtrado de los mensajes externos y la traducción de éstos al lenguaje propio, así como la conversión de los no-mensajes externos en mensajes, es decir, la semiotización de lo que entra de afuera y su conversión en información”.

da materialização do fronteiroço em figuras humanas específicas, que transitam entre dois mundos e assim “se estabelecem na periferia territorial, na fronteira do espaço cultural e mitológico” (LOTMAN, 1998, p. 27, tradução do autor) .

Outro aspecto a levar em conta, trabalhado por Landowski (2005) em estudo a que faremos referência de modo bastante breve, é a necessidade de compreender o sensível como dimensão ligada ao conhecimento e à experiência de mundo – em oposição a perspectivas que tomam o processo perceptivo como exclusivo do domínio da razão, da instrumentalidade. Por meio de sua semiótica sensível, inspirada na revisão do trabalho de A. Greimas, o autor postula que a experiência de encontro entre sujeitos – ou entre um sujeito e um objeto, em terminologia mais frequente – supõe uma “fratura” na ordem das coisas, que “introduz no fluxo de uma continuidade considerada como imutável e necessária uma súbita descontinuidade, tão imprevisível quanto efêmera” (LANDOWSKI, 2005, p. 96).

Essa é uma perspectiva que nitidamente coloca em primeiro lugar a necessidade de supor “o reconhecimento de um papel igualmente ativo da parte dos dois parceiros – sujeito e objeto – implicados nos processos de construção do sentido” (LANDOWSKI, 2005, p. 105). Parece-nos apropriada ao estudo do jornalismo de fronteira quando examinamos discursos que, mais que à simples exibição ou demonstração de coisas, podem fazer referência a efetivos lugares de experiência do outro a partir de procedimentos discursivos diversos – o que acreditamos ser possível dentro de modalidades interpretativas e aprofundadas do jornalismo contemporâneo.

Discurso jornalístico para além da informação: a grande reportagem e suas potencialidades

Ao emergir e consolidar-se na modernidade em conexão direta com os ideários da liberdade da expressão, da cidadania e do Estado de direito, o jornalismo assume, segundo Sodré (2009, p. 12), o papel de administrar “a verdade dos fatos sociais” a partir de uma produ o narrativa que busca lançar à luz o conhecimento e fomentar o debate público. De suas origens ainda ideologicamente marcadas   constitui o da prática profissional, o campo do jornalismo construiu um ethos marcado pelo apagamento da subjetividade, pela pretensão de transparência e neutralidade de seu narrar e pela proposta da  derivada de “informar o público sobre as questões atuais de interesse público” e “servir como fórum

(espaço aberto) para o debate público” (BENEDETI, 2009, p. 23). Assim, assume “papel estratégico de composição e de consequente cimento homogeneizador da vida coletiva” (BENEDETI, 2009, p. 59), diferenciando-se de outros campos da narrativa.

Ligado a um fazer que mescla métodos científicos e do senso comum para capturar informação e a um modelo narrativo que combina informação e seu tratamento na linguagem, o jornalismo constituiu modos diversos de efetivar sua contribuição social desde a consolidação profissional: de um lado, destaca-se o estabelecimento do jornalismo noticioso ou informativo, cujo propósito final, expresso na figura do repórter, é captar a realidade “com a maior amplitude e precisão possíveis e narrá-la com fidelidade, de tal forma que o leitor receba a mais cabal informação sobre o fato” (MEDINA, 1988, p. 80).

De outro lado, nota-se o esforço interpretativo e analítico de um trabalho de reportagem que ultrapassa as amarras do cotidiano e a cobertura em tempo real dos fatos, explorando-os de maneira mais densa, criando conexões, relacionando causas e efeitos e examinando o contexto dos fenômenos. Autores focados na classificação de gêneros e formatos jornalísticos, como Luiz Beltrão (1976) e José Marques de Melo (1985), farão uma diferenciação entre formatos informativos (como a nota e a notícia) e extrainformativos, sendo a classificação de Beltrão pioneira ao enquadrar a reportagem em profundidade como jornalismo interpretativo. Diferentemente da reportagem informativa, mais presente no noticiário hard news, a chamada “grande” reportagem supera o modelo “inevitavelmente superficial” da primeira e é “naturalmente mais profunda, pela disponibilidade de tempo que se oferece ao repórter ou à equipe de reportagem para pesquisar, refletir, avaliar” (MELO, 1985, p. 45-46).

Com diferentes denominações, autores como Faro (2013), Sodré (2009) e Medina (1988) estudam o desenvolvimento de modelos de reportagem de acordo com seus aspectos de profundidade, densidade, imersão, capacidade interpretativa e exploração de recursos de linguagem / narração. A partir da sistematização das ideias desses e de outros autores – como os ligados ao jornalismo literário –, é possível organizar um levantamento teórico-conceitual dos aspectos formais da grande reportagem como gênero jornalístico, destacando seu potencial de reforço da narratividade; ou seja, a construção de uma intriga, a delimitação de um universo com personagens, espaço e tempo, o trabalho em torno de investigações de causas e consequências e a ênfase interpretativa e testemunhal.

Em pesquisa anterior (LOBATO, 2016) mapeamos cinco traços ou características essenciais da grande reportagem: a ampliação espaço-temporal do fato social (contextualização dos acontecimentos); a construção dramática/diegética das cenas (reforço da narratividade); o reforço da enunciação e da autoria, a partir da retórica testemunhal; a singularização do fato por meio de personagens e histórias de vida; e o uso de técnicas e índices de ficcionalização, com uma edição que, sem perder o vínculo factual, explora recursos estéticos que garantem a unidade dramática e captam a atenção do leitor.

Diante das implicações formais e de conteúdo decorrentes de tais técnicas, acreditamos estar na grande reportagem diante de um gênero jornalístico capaz de levar à prática modelos mais complexos de representação, que ultrapassam o registro rápido dos fenômenos do mundo para efetivamente mergulhar nele e depurar seus elementos familiares e não familiares.

A grande reportagem multimídia e a narração de alteridade: técnicas e recursos

Ao longo das últimas duas décadas, a evolução da prática textual jornalística em meios digitais pode ser analisada a partir de uma transição de um modelo de replicação – ou seja, publicação online de textos apurados, redigidos e editados seguindo princípios das mídias convencionais (jornais e revistas, em especial) – para o de produção de conteúdo alinhado às possibilidades expressivas de um ambiente convergente em linguagens.

Conforme apontam Palacios et al. (2002, p. 5), uma das contribuições possíveis para o jornalismo em meios digitais envolveria a acumulação de informações e a construção de espaços de memória, dando ao campo “sua primeira forma de memória múltipla, instantânea e cumulativa”; além disso, a hipertextualidade permitiria novas lógicas de organização e hierarquização de conteúdo. Já Salaverría (2013, p.33) destaca a possibilidade de expressão por diversos tipos de linguagem como uma vantagem da prática jornalística nesse ambiente, com ênfase na combinação entre técnicas de escrita e representação audiovisual.

Em estudo que revisita o histórico dos chamados “formatos noticiosos hipermediáticos”, Raquel Ritter Longhi (2014) apresenta ao menos quatro fases ou etapas que levaram ao atual contexto da grande reportagem multimídia – tida como gênero

específico do jornalismo digital, responsável por modificar definitivamente o modelo vigente no campo até então. Apesar de transformações visuais relevantes, nesse gênero há uma “renovação na narrativa jornalística no ambiente digital”, explorando técnicas de reportagem long-form (matérias com mais de 4 mil palavras ou grandes reportagens entre 10 mil e 20 mil palavras) (LONGHI, 2014, p. 911). Ao invés de textos disponibilizados em fragmentos, divididos em diversas seções, apostar-se-ia em um padrão de leitura vertical e no uso de recursos multimídia – o que indicaria um amadurecimento da grande reportagem multimídia, “um ponto de virada no qual o formato se consolida como um dos principais modelos expressivos do jornalismo online da atualidade” (LONGHI, 2014, p. 915).

Em estudo mais recente, Longhi e Winkes (2015, p. 113) retomam a discussão sobre o modelo long-form, conceituando-o “não apenas pelo formato, mas também pela apuração, contextualização e aprofundamento” e considerando que “propõem uma leitura mais lenta e um leitor disposto a dedicar tempo” à sua leitura. Sua adoção é, naturalmente – e em linha com os conceitos trabalhados anteriormente –, compreensível como característica da grande reportagem multimídia, junto de aspectos como a leitura por barra de rolagem / scrolling, em modelo verticalizado; a adoção de narrativas horizontais por capítulos ou seções; e o uso de recursos audiovisuais, infográficos e sonoros.

Acreditamos que a grande reportagem multimídia não só mantém, mas reverbera e amplifica as potencialidades de representação do jornalismo em profundidade. Ao combinar meios e linguagens e pô-los em interação, dá continuidade a uma tradição de jornalismo imersivo iniciada ainda no século XX, no contexto do New Journalism, reforçando sua narratividade e riqueza expressiva por meio de um diálogo profícuo entre novas tecnologias e processos cuidadosos de representação de ambientes, costumes, culturas e atores sociais.

A fim de aplicar tal discussão ao exame da produção contemporânea, examinamos a série de reportagens “Um Mundo de Muros – As barreiras que nos dividem”, publicada em 2017 pelo jornal Folha de S. Paulo em ambiente digital. A partir da análise de textos, imagens, infográficos e pequenos documentários – recursos adotados nos capítulos/seções do especial –, nosso foco foi compreender de que modo a apresentação do material jornalístico busca expor as complexas questões identitárias ligadas a conflitos sociais, políticos, religiosos, econômicos e culturais.

Idealizada por Patrícia Campos Mello e Lalo de Almeida, a série recebeu o Prêmio Folha de Jornalismo de 2017 e foi vencedora por unanimidade do prêmio Rei da Espanha de Jornalismo Digital, concedido pela agência EFE e pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento. Além disso, ganhou o prêmio do Comitê Internacional da Cruz Vermelha de Cobertura Humanitária Internacional. Dividida em sete partes, apresenta um “mosaico desconcertante de cenas de segregação”, conforme editorial publicado em 10 de setembro de 2017.

Entre as questões tratadas nas reportagens, lançadas de maneira serializada (por capítulos/partes) ao longo do semestre, estão os conflitos da fronteira Israel-Cisjordânia; o drama geopolítico das crises humanitárias e seus desdobramentos em fronteiras como Hungria-Sérvia e Quênia-Somália; a desigualdade socioeconômica expressa nas barreiras para separar ricos e pobres em Lima (Peru) e na rodovia dos Imigrantes, em São Paulo (Brasil); e a constante dificuldade dos que vivem, transitam por e/ou desejam atravessar a fronteira entre os Estados Unidos e o México.

A fim de organizar, sintetizar e articular adequadamente nossa análise, os apontamentos apresentados a seguir dividem-se conforme as cinco características estruturais da grande reportagem jornalística por nós mencionadas, cruzando-as aos elementos de linguagem da reportagem multimídia, conforme definições de Longhi (2014).

Ampliação espaço-temporal do fato social

O esforço interpretativo e de contextualização é evidente na série de reportagens, que adota uma lógica de leitura simultaneamente vertical (analisando-se a composição de cada reportagem da série) e horizontal (dada a lógica de serialização) para explorar de maneira cadenciada cada um dos conflitos associados à construção de muros entre países e comunidades.

Nota-se, nos textos e nos documentários apresentados em vídeo, bem como em infográficos estáticos (figura 1) que demonstram a localização dos eventos narrados em mapas acompanhados de pequenas legendas, um cuidado com o tratamento interpretativo dos conflitos sociais, culturais e geopolíticos de diferentes regiões do globo, refletindo a tendência de investigação própria ao jornalismo internacional – e reverberando nossa discussão sobre o potencial das representações sociais de transitar entre fronteiras, expor e trabalhar conceitualmente conflitos sociais e detalhar desdobramentos temáticos.

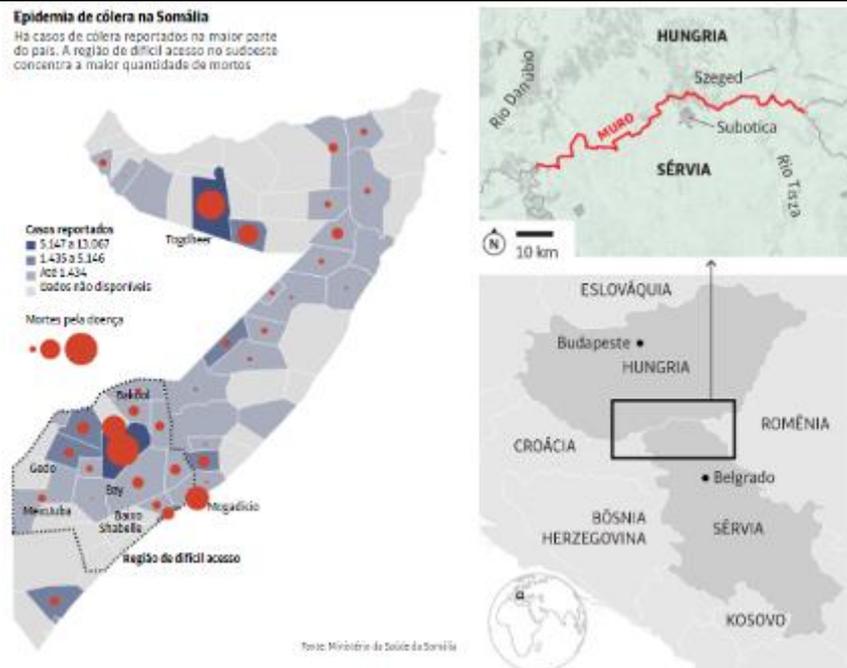


Figura 1 – Exemplos de infográficos da série “Um Mundo de Muros”.
 Fonte: Folha de S. Paulo, 2017, online.

Como exemplo, na reportagem “Muro da Vergonha separa indígenas de ‘gringos’ em Lima”, a apresentação da barreira que segrega bairros na capital peruana é acompanhada não apenas de relatos de personagens e da consulta a especialistas, mas também de dados sobre o crescimento populacional desordenado, do histórico da construção do muro desde os anos 1980 e de dados sobre desemprego e pobreza em Lima e no Peru em geral. Verificamos que o esforço de aprofundamento figura como requisito para a orientação do leitor em seu mergulho por universos sociais tão distintos, indicando cuidado com a verificação de dados e com a precisão no fornecimento de informação, o que permite um amplo entendimento sobre a pauta e uma leitura crítica a respeito das temáticas associadas às fronteiras identidade-alteridade.

Construção dramática das cenas

Reiterando a presença marcante da linguagem audiovisual em especiais multimídia, em todas as reportagens analisadas há ampla quantidade de conteúdo fotográfico e videográfico – que serve não apenas para reproduzir os ambientes narrados em texto como, também, para explorá-los visualmente. A mesma lógica se aplica ao texto, no qual se nota um esforço em tomar a alteridade – e seus problemas associados: a xenofobia, a exclusão, a pobreza, a marginalização etc. – como conflito ou intriga, pondo

no centro do narrar as histórias de personagens e os impactos da construção dos muros sobre suas vidas. As narrativas visuais combinam registros estáticos de pessoas em suas atividades cotidianas, planos gerais exibindo os muros físicos e seu entorno, closes de personagens entrevistados focalizando suas emoções e reações e vídeos de cerca de 10 minutos que combinam diferentes linguagens da tradição de documentário jornalístico – o uso de imagens de arquivo, a orientação narrativa conduzida por depoimentos de personagens etc.

Singularização do fato

Aludindo às ideias de Serge Moscovici (2003) sobre as representações sociais, a singularização é um importante recurso de objetivação – ou seja, de atribuição material/concreta a conceitos abstratos (medo, incômodo, expectativa, torcida, posições/opiniões etc.), utilizando a própria figura humana. O uso de personagens e histórias de vida para conduzir as narrativas foi identificado em todas as sete reportagens: a técnica é central em “Um Mundo de Muros” e está literalmente na abertura dos textos, conforme os dois exemplos abaixo (reportagens Israel-Cisjordânia e Lima):

Umm Judah, 64, se esqueceu de muitas coisas. Entre elas, a palavra que moldou os anos mais recentes de sua vida: “muro”. Professora aposentada, a palestina vive nas cercanias de Belém diante de uma barreira de concreto de oito metros de altura. É esse o horizonte à sua porta, que a separa da terra que cultivou por décadas e das lembranças dos filhos iluminados pelos faróis e satisfeitos com os figos recém-colhidos. “É como uma venda”, diz à Folha. “Como se nos arrancassem os olhos.” (BERCITO; ALMEIDA, 2017, *online*).

Caso pudesse caminhar até a mansão onde trabalha de ajudante geral, Esteban Arimana levaria cinco minutos desde a porta da sua casa. Em vez disso, passa cerca de duas horas por dia dentro de ônibus lotados pelas vias congestionadas de Lima. A distância entre as casas vizinhas é imposta pelo Muro da Vergonha, como ficaram conhecidos os dez quilômetros de barreiras que serpenteiam os morros da capital peruana. Erguido a partir de meados dos anos 1980, a sua função é separar as áreas urbanizadas dos “povoados jovens”, o eufemismo local para designar favelas. (MAISONNAVE; PRADO, 2017, *online*).

Reforço da enunciação e da autoria

Com relação a esse aspecto, a tônica documental e de exploração de histórias de vida em “Um Mundo de Muros” abre pouco espaço à figuração ativa dos repórteres nos materiais audiovisuais e em texto, a despeito de situações pontuais – como um trecho do documentário de 9 minutos e 50 segundos que abre “À beira da estrada, a pobreza se

esconde e o crime prospera”, reportagem sobre o muro em frente à favela Vila Esperança. Neste material, em específico, ouve-se diálogo entre a equipe de reportagem e alguns entrevistados, emulando um modelo de interação repórter-personagem bastante comum na linguagem televisiva.

Índices de ficcionalização

Por fim, notamos, na série “Um Mundo de Muros”, a adequada adoção de técnicas e índices de ficcionalização, com uma montagem que, sem perder o vínculo factual, explora recursos estéticos da ficção (por exemplo: diálogos, planos/cortes fotográficos e em vídeo, ênfase subjetiva) capazes de garantir a unidade dramática e captar a atenção do leitor. Em seu estudo sobre a linguagem televisual, Marcela Farré (2004, p. 221) identifica 19 elementos que aportam ficcionalização no jornalismo, incluindo o uso de atores, diálogos fictícios, emprego de som e musicalização e polifonia narrativa, além do uso criativo de planos (com oposições, fusões, superposições e zoom). Do total de recursos indicados pela autora, identificamos ao menos oito em documentários que marcam presença em todas as reportagens: anacronismo/desordem no relato; som e musicalização; narração por personagens e testemunhos; criação de uma trama dramática; imagens de arquivo; uso de elementos não reais na tela – lettering, por exemplo –; desenhos, grafismos e informações em tela; e simulações de contato.

Também se destacam estratégias realistas, como o uso de fotografias em planos abertos panorâmicos, expondo os ambientes em perspectiva amplificada (figura 2) e o uso de vídeo 360º para ilustrar a região da fronteira México-Estados Unidos: sem diálogos ou off, este conteúdo tem como único foco produzir a sensação de experiência imediata de contato com a alteridade; a câmera, sempre fixa, posiciona-se em diferentes pontos no entorno do muro, apostando no som ambiente e nas interações entre personagens da fronteira.



Figura 2 – Exemplo de fotografia apresentada na reportagem sobre a fronteira México-Estados Unidos.
Fonte: Folha de S. Paulo, 2017, online.

Considerações finais

As reflexões traçadas neste trabalho reforçam a ideia de que, ao tomar o outro como razão de ser da narrativa – ou seja, tendo-o como origem do conflito ou intriga que move a história –, “Um Mundo de Muros” é um exemplo de narrativa de alteridade que toma a fronteira, simbólica e material, como uma questão a enfrentar discursivamente.

Ao optar por transitar por espaços de quatro continentes e contar histórias de quem sofre os efeitos de políticas migratórias ou sociais restritivas, a série multipremiada da Folha de S. Paulo expõe claramente o que entendemos por um jornalismo de fronteira: leva ao extremo a prática de reportar e levar à cena dos fatos, promovendo experiências de contato, compreensão e tradução da diferença ao problematizar as delimitações simbólicas e físicas entre o Eu/Nós e o outro.

Referências

- ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica**. Porto Alegre: Sulina, 1976.
- BENEDETI, Carina. **A qualidade da informação jornalística**. Florianópolis: Insular, 2009.
- BERCITO, Diogo; ALMEIDA, Lalo de. Barreira construída para trazer segurança aparta vidas e memórias. **Folha de S. Paulo**, 4 set. 2017. Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/mundo/2017/um-mundo-de-muros/israel/conflito-ancestral>>. Acesso em 12 fev. 2018.

- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BUONANNO, Milly. Além da proximidade cultural: não contra a identidade, mas a favor da alteridade. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). **Telenovela, internacionalização e interculturalidade**. São Paulo: Loyola, 2004.
- FARO, José Salvador. Reportagem: na fronteira do tempo e da cultura. Verso e Reverso, n.65, 71-77, 2013.
- FARRÉ, Marcela. **El noticiero como mundo posible**: estrategias ficcionales en la información audiovisual. Buenos Aires: La Crujia Ediciones, 2004.
- FOLHA DE S. PAULO. **Um Mundo de Muros**. Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/mundo/2017/um-mundo-de-muros>>. Acesso em 1 fev. 2018.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Guaracira, 2001.
- LANDOWSKI, Eric. Para uma semiótica sensível. **Revista Educação e Realidade**, nº 30m v. 2, jul./dez. 2015. Pp. 93-108.
- LEAL, Bruno Souza. Telejornalismo e autenticação do real: Estratégias, espaços e acontecimentos. In: GOMES, Itania Maria Mota (Org.). **Televisão e realidade**. Salvador: EDUFBA, 2009. 298 p.
- LOBATO, José Augusto Mendes. Jornalismo e narratividade em sintonia: um percurso teórico-conceitual pelos elementos da grande reportagem. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v.13, nº 2, 2016.
- LONGHI, Raquel Ritter. O turning point da grande reportagem multimídia. **Revista Famecos**. UFRGS, Porto Alegre, set./dez. 2014, v. 21, nº 3, 2014.
- LONGHI, Raquel Ritter; WINQUES, Kérley. O lugar do longform no jornalismo online: Qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo. **Brazilian Journalism Research**, vol. 1, nº1, 2015. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/693/621>>. Acesso em 22 fev. 2018.
- LOTMAN, Iuri. Acerca de la semiosfera. In: **La semiosfera**. Vol. 1. Madrid: Cátedra, 1998.
- MAISONNAVE, Fabiano; PRADO, Avenér. Muro da Vergonha separa indígenas de 'gringos' em Lima. **Folha de S. Paulo**, 4 set. 2017. Disponível em: <<https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2017/um-mundo-de-muros/peru/segregacao>>. Acesso em 12 fev. 2018.
- MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus, 1988.
- MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis, Vozes, 2003.
- PALACIOS, marcos; MIELCNIZUK, Luciana; BARBOSA, Suzana; RIBAS, Beatriz; NARITA, Sandra. **Um mapeamento de características e tendências no jornalismo online brasileiro**. Salvador, 2002. Disponível em: <https://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2002_palacios_mapeamentojol.pdf>
- SALAVERRÍA, Ramón. Multimedialidade: Informar para cinco sentidos. In: CANAVILHAS, João (org). **Webjornalismo**. Livros LabCom, 2013.
- SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.